



## O CISO e a IA Generativa: Como liderar a adoção segura de ferramentas de produtividade

Fernando Dulinski (\*)

A adoção da inteligência artificial generativa nas empresas deixou de ser uma tendência para se tornar uma realidade onipresente

O desafio, contudo, é que em muitos casos ela chegou antes da estratégia. Impulsionadas pela promessa de eficiência, equipes passaram a utilizar essas ferramentas de forma espontânea, criando um cenário onde o debate não é mais sobre quando implementar a tecnologia, mas sobre como governar algo que já está em pleno uso. Dados reforçam esse descompasso: um estudo da KPMG aponta que 86% dos trabalhadores brasileiros utilizam IA no dia a dia, enquanto a MIT Technology Review Brasil revela que apenas 22% das empresas possuem governança adequada. Na prática, as organizações não estão apenas adotando a IA, mas sim estão perdendo o controle sobre ela.

Esse cenário inaugura uma nova camada de complexidade dentro das organizações. Se antes o desafio das áreas de segurança estava concentrado no chamado shadow IT, agora surge a Shadow AI, um fenômeno mais difuso e difícil de mapear. Isso porque a IA generativa é extremamente acessível e intuitiva, permitindo que qualquer colaborador incorpore à rotina sem barreiras técnicas, mas o problema é que esse uso, apesar de eficiente, raramente considera critérios de segurança. Ou seja, informações sensíveis, como dados de clientes e documentos estratégicos, são inseridas em plataformas abertas sem a devida consciência das implicações e os dados vitais são processados fora do perímetro de segurança da companhia, ampliando drasticamente a superfície de exposição.

É fundamental entender que a inteligência artificial generativa não é, por si só, o problema central, mas potencializa vulnerabilidades existentes, escalando sua

velocidade. Diante desse cenário, o papel do CISO exige uma transformação inevitável. Historicamente visto como um agente de controle e contenção de riscos, esse profissional agora precisa assumir uma posição mais estratégica, atuando como facilitador da inovação segura. E a tentativa de restringir ou proibir o uso de inteligência artificial tende a ser ineficaz, já que a tecnologia está amplamente disseminada e integrada à rotina dos colaboradores. O verdadeiro desafio está em estruturar esse uso, estabelecendo diretrizes que sejam ao mesmo tempo claras, aplicáveis e alinhadas às necessidades do negócio.

Isso exige traduzir segurança em práticas concretas do dia a dia, garantindo que produtividade e proteção de dados não sejam forças opostas, mas complementares. Sem essa estrutura, cria-se uma falsa sensação de controle enquanto, na prática, os dados continuam circulando por ambientes externos sem visibilidade adequada. Ao mesmo tempo, quando bem conduzida, a governança permite que a inteligência artificial atue como um vetor legítimo de eficiência, sem comprometer a integridade das informações.

Em última análise, as empresas que olham para a IA apenas sob a ótica da produtividade subestimam o perigo, enquanto as que tentam bloqueá-la perdem o fôlego de mercado. Portanto, o equilíbrio reside na liderança estruturada e o CISO moderno deixa de ser apenas o guardião da informação para se tornar o arquiteto de um modelo onde inovação e segurança evoluem juntas. Afinal, o risco real não está no uso da inteligência artificial, mas na invisibilidade desse uso dentro da própria organização.

(\*) CEO do Cyber Economy Brasil, hub estratégico com foco em acelerar a maturidade cibernética no Brasil. Especialista em risco cibernético e governança, com mais de 10 anos de experiência no setor, Fernando é CISO do Clube do Valor, membro do Conselho Consultivo da Softsul e embaixador do CISOs Club na região Sul do Brasil.

# O impacto da IA generativa e das redes sociais

Especialista alerta para dependência da IA generativa por jovens para tomada de decisão

A formação da consciência democrática e cidadã de crianças e adolescentes hoje vai além dos livros de história ou das conversas de mesa de jantar; ela se constrói, em tempo real, por telas, algoritmos e inteligências artificiais. De acordo com a última Pesquisa TIC Kids Online Brasil, o uso da internet para atividades informacionais aumenta com a idade: 64% dos adolescentes de 15 a 17 anos leram ou assistiram notícias online, enquanto a taxa é substancialmente menor nas idades mais jovens, correspondendo a 50% entre 13 e 14 anos, 39% entre 11 e 12 anos e 31% entre 9 e 10 anos.

“Em um cenário em que a desinformação, a polarização e o isolamento desafiam as instituições em todo o mundo, a forma como crianças e adolescentes consomem tecnologia tornou-se um debate central para o futuro da própria educação democrática e cidadã. À medida que as mediações digitais assumem crescente relevância na formação e na construção da visão de mundo e de sociedade dos jovens, as instâncias de socialização e de debate público são reconfiguradas. Trata-se de um fator central que tensiona famílias e instituições educativas quanto à necessidade de promover o desenvolvimento do pensamento crítico, ético e responsável com as jovens gerações”, afirma Patrícia Espíndola De Lima Teixeira, psicopedagoga e Coordenadora do Observatório Juventudes PUCRS/Rede Marista, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

A pesquisa, que foi lançada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e realizada pelo Centro Regional de Estudos para o



Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), também demonstrou que 59% dos usuários de Internet de 9 a 17 anos afirmaram que usam ferramentas de IA generativa para fazer pesquisas escolares ou estudar, 42% para buscar informações e 21% para criar conteúdo como textos, imagens, vídeos ou códigos de programação. Além disso, 10% relataram que usam ferramentas de IA generativa para conversar sobre problemas pessoais ou suas emoções. No caso das redes sociais, 33% das crianças de 9 a 10 anos declararam ter utilizado essas plataformas no último ano. Entre os usuários de 11 a 12 anos, a proporção foi de 63%. Já para os adolescentes de 13 a 17 anos, o percentual alcançou 89%, evidenciando uma maior participação nesses ambientes conforme o avanço da idade. No total, foram entrevistados 2.370 crianças e adolescentes e igual número de pais ou responsáveis em todo o país.

A especialista do Observatório Juventudes PUCRS/Rede Marista ressalta que o uso de IA generativa para conversar sobre problemas pessoais, tomadas de decisões ou lidar com as emoções acende um sinal de alerta, uma vez que se relaciona diretamente ao desenvolvi-

mento pessoal e relacional, o que pode influenciar na leitura dos fatos do cotidiano, inclusive nos modos de veiculação das notícias e informações sociais. “Além dos riscos à privacidade, há também o perigo de respostas imprecisas influenciadas pelo chamado viés de confirmação. Nesses casos, o algoritmo tende a oferecer ao jovem conteúdos alinhados às suas expectativas, o que pode limitar a capacidade de lidar com o contraditório. Algoritmos operam em escalas massificadas e isso fragiliza a autonomia de pensamento. Dito de outro modo, os atuais cenários digitais não favorecem as bases de consciência crítica e empática, fundamentais do debate democrático”, comenta.

Patrícia defende que a superação de dependência cognitiva gerada pelo excesso de consumo digital depende da presença saudável de referenciais no mundo físico, do diálogo aberto e da criação de ambientes que possibilitem a troca de ideias e acolhimento, tanto nos ambientes educacionais quanto no núcleo familiar. “Uma importante lição para as novas gerações hiperconectadas reside em compreender que não consiste a participação democrática. Conhecer a memória histórica, as con-

sequências políticas, a ética voltada ao bem comum e ainda, que o voto iguala a relevância de cada pessoa, independentemente de classe, raça, gênero, religião, etnia, profissão. Acima de tudo, reside no aprendizado prático de reconhecer que as vitórias e derrotas nas urnas integram a formação política de convivência e necessidades humanas”.

### Veracidade das informações

Graciele Silva de Matos, assessora de políticas sociais da Área de Solidariedade da Rede Marista explica que o desenvolvimento alfabetização digital é essencial para que os jovens aprendam a navegar com responsabilidade e a avaliar criticamente as informações que recebem, evitando a replicação automatizada de boatos. “Para que esse processo seja efetivo, a primeira atitude deve ser sempre investigar a fonte e o autor, verificando se o texto foi publicado em veículos de comunicação confiáveis e pesquisando a credibilidade, formação e experiência do profissional responsável pelo assunto”, explica.

Nesse processo de validação, deve-se também analisar criticamente o canal e o contexto por onde a informação chegou, redobrando a atenção com mensagens encaminhadas por amigos ou familiares em redes sociais. Checar a data da publicação impede que notícias antigas sejam tiradas de contexto para gerar pânico, enquanto a observação cuidadosa ajuda a discernir se o material não passa de uma piada ou meme. “Como suporte prático para essa checagem diária, existem ferramentas especializadas em fact-checking que atuam diretamente no desmonte de boatos na internet brasileira”, comenta Matos.

## O imposto que não aparece no cardápio — mas muda tudo na operação

Carlos Drechmer (\*)

Eu tenho a impressão de que a reforma tributária de 2026 ainda está sendo lida pelo varejo de alimentos como um tema distante, quase teórico. Mas, no balcão de um bar ou na cozinha de um restaurante, ela já começou a mudar a lógica do negócio, e não é pela alíquota em si, mas pela forma como o imposto passa a existir dentro da operação.

O chamado Imposto Seletivo, criado com a promessa de desestimular o consumo de produtos associados a impactos negativos à saúde e ao meio ambiente, atinge diretamente itens que fazem parte do dia a dia do food service, como bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas. Não é um detalhe, é parte relevante do faturamento de bares, restaurantes e casas noturnas em todo o país.

O ponto é que esse imposto não funciona como os demais. Ele é monofásico e não gera crédito tributário. Traduzindo para a prática, o custo tributário desses produtos não se dilui ao longo da cadeia. Ele se concentra e aparece com mais força na ponta.

E é aí que a operação começa a mudar. Não basta mais vender, será preciso

separar, classificar e tratar cada item de forma distinta dentro do sistema fiscal. Produtos sujeitos ao Imposto Seletivo terão que ser segregados corretamente, com enquadramento preciso. Não é uma escolha operacional, é uma exigência.

Desse modo, isso cria uma nova camada de complexidade dentro de um setor que já opera com margens apertadas e alta sensibilidade a preço. A forma como cada produto é registrado passa a influenciar diretamente a precificação e, por consequência, o comportamento do consumidor.

“Isso vai impactar a precificação para o consumidor final e também as margens de lucro, já apertadas, do setor”, ponderou uma consultora tributária com quem conversei recentemente. A leitura é objetiva: não se trata apenas de pagar mais imposto, mas de reorganizar a forma como o negócio funciona.

A incerteza ainda é um fator adicional que torna esse cenário mais delicado. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 já tenha definido quais produtos estarão sujeitos ao Imposto Seletivo, as alíquotas ainda dependem de regulamentação. Ou seja, o setor sabe o que será tributado, mas ainda não sabe quanto.

Isso cria um intervalo perigoso entre obrigação e planejamento. Sem a alíquota definida, não é possível medir com precisão o impacto financeiro. Ainda assim, as empresas já precisam se preparar, porque a estrutura operacional não se ajusta da noite para o dia.

A previsão é que o imposto entre em vigor em 2027. Pode parecer distante, mas não é. Sistemas de gestão, cadastros de produtos, classificação fiscal, integração com o financeiro, tudo isso precisa estar pronto antes. Quem deixar para ajustar depois vai operar no improviso em um ambiente que não tolera erros.

O ponto que me chama atenção é que o discurso de saúde pública e sustentabilidade, que sustenta a criação do imposto, pode produzir efeitos colaterais relevantes no ambiente econômico. Especialmente para pequenos empreendedores, que têm menos capacidade de absorver custos ou investir em adaptação tecnológica.

Não vai aparecer no cardápio, mas vai estar embutido em cada decisão, do cadastro do produto ao preço final na mesa.

(\*) CEO da Acom Sistemas.

## Desmatamento na Amazônia cai 61,4% em maio de 2026

O desmatamento na Amazônia Legal teve redução de 61,4% em maio deste ano, em relação ao mesmo mês de 2025. É a maior redução percentual de desmatamento já registrada na região, informa a Agência Brasil. Foram 370 quilômetros quadrados de supressão de vegetação no mês passado, contra 960 quilômetros quadrados em maio do ano passado.

Os dados do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter) foram divulgados ao Observatório Regional Amazônico (ORA) da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Brasília. Os números do Deter, gerados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), orientam as equipes em campo para ações de combate ao desmatamento, especialmente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, explicou que a redução é um marco. Isso porque, historicamente, o desmatamento aumenta no mês de maio, início da estação seca na Amazônia.

“Nós monitoramos isso dia a dia com uma certa aflição. Com o Ibama indo a campo fazendo os embargos remotos, o ICMBio indo a campo impedindo o desmatamento em unidades de conservação federais e também agindo em terras indígenas e assentamentos, conseguimos esse feito fundamental”, disse ele (ABR).